



CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Andressa Rodrigues Ferreira Sampaio

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Resumo

Introdução

Existe hoje, no Código de Processo Civil Lei 13.105/2015 uma valorização das formas consensuais de solução de conflitos, deixando clara a importância de serem estimuladas por todos os profissionais que estão de alguma forma envolvidos com a promoção da justiça.

As partes, por livre e espontânea vontade decidem dialogar para resolver seus conflitos de outra forma, que não seja pela intervenção direta do Poder Judiciário.

Objetivo Geral

Abordar mais a fundo esses métodos e expor a sua importância para o Poder Judiciário atual.

Objetivos Específicos

Mostrar a possibilidade de existir mais celeridade processual, sem comprometer o acesso à justiça

Material e Métodos

A metodologia de pesquisa descritiva tem como principais fundamentos o Código de Processo Civil Lei 13.105/2015 que em seu Art. 165 definirá o nível de envolvimento dos conciliadores e mediadores, a Lei 13.140/2015 que dispõe sobre a mediação no âmbito da administração pública e seus princípios, a Lei 9.307/96 que dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Incluindo também pesquisas de dados e casos concretos.

Resultados e Discussão

Conciliação é um ato que em geral é combinado com outros procedimentos da via pública através de um processo judicial ou da via arbitral através de um processo de arbitragem. Comumente se resume em uma única sessão onde o principal papel do conciliador é promover o entendimento das partes, identificando a distância entre os desejos das mesmas, fazendo-as repensar e se aproximar.

Já na mediação, nada será sugerido, o mediador fará com que as partes encontrem uma solução equilibrada desenvolvendo um espírito de solidariedade e justiça. Além de encerrar a disputa, encerra o conflito em questão de sentimento e essência.

Por fim a arbitragem como uma forma de heterocomposição, ou seja, que existe um terceiro que decide como o problema será resolvido, sendo um ou mais árbitros, imparciais, plenamente capazes e sem interesse no resultado da demanda. Podendo também as partes adotarem as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.



Conclusão

Foi possível observarmos a importância da regulamentação desses métodos que buscam minimizar a barreira da grande quantidade de processos judiciais. Tais parâmetros, associados a mudanças de postura de todos os envolvidos na prestação jurisdicional poderão ser muito eficazes para um avanço na qualidade da Justiça em nosso país.